

Hospital de Socorro sofre interdição ética pelo Coren

Medida foi feita pelo Conselho Regional de Enfermagem diante da falta de segurança

Karla Pinheiro

Desde ontem, 22, que o Hospital Regional José Franco, em Nossa Senhora do Socorro, está sob interdição ética parcial de enfermagem no setor de urgência e emergência, ou seja, apenas as pessoas que apresentem risco de morte serão atendidas pela equipe de enfermagem. Os demais pacientes terão que buscar atendimentos em outras unidades de saúde. A medida foi adotada pelo Conselho Regional de Enfermagem de Sergipe (Coren/SE) diante da falta de segurança do hospital colocando em risco o trabalho e a integridade dos profissionais e da população. A Interdição Ética do Conselho Regional de Medicina (CRM) também poderá ocorrer em breve.

“A interdição ética significa dizer que as atividades de enfermagem estão suspensas no serviço de pronto socorro enquanto não se tenha a segurança do profissional. A falta de segurança compromete a assistência da enfermagem e também o cidadão que está sendo assistido. Vamos garantir o atendimento de emergência aqueles que têm risco de morte, o restante da população deve se encaminhar ao hospital ou posto de saúde mais próximo”, relata Gabryelle Garibalde, presidente do Coren/SE. Ainda segundo a presidente haverá equipes do conselho visitando a unidade diariamente para que a interdição parcial seja comprida. Gabryelle ressalta ainda que o motivo da interdição ética é a falta de segurança, já que os outros problemas do hospital poderiam ser solucionados. “O Coren já notificou, já deu prazo, demos prazo novamente e não foi atendida a solicitação. O hospital teria que disponibilizar uma equipe de segurança, além disso, o quantitativo de profissional é insuficiente, há falta de materiais para execução das atividades, mas primordialmente a situação da segurança que nos levou a essa medida que é a última instância, se esse problema fosse solucionado não haveria a interdição, porque as outras inconformidades teriam prazos para que pudessem ser atendidos”, revela.

O Coren/SE revela ainda que o problema de falta de segurança não é exclusivo do Hospital Regional José Franco e que várias outras unidades enfrentam o mesmo problema. “A situação mais gritante aos nossos olhos é no município de Nossa Senhora do Socorro, sabemos que o Hospital Governador João Alves Filho (HGJAF) já sofreu diversas tentativas contra a segurança, mas hoje temos mais efetivo de segurança e um posto poli-

cial, coisa que aqui ainda não foi feito e sofre constantes invasões segundo relatos da própria equipe de saúde”, conta a presidente.

• CRM

Uma equipe do Conselho Regional de Medicina (CRM) também esteve ontem no Hospital fazendo mais uma vistoria para apurar denúncias relacionadas a falta de segurança, escalas médicas e falta de medicação. “Fizemos a fiscalização, estamos apurando as provas das denúncias, pedindo aos médicos que protocolam os boletins de ocorrência sobre as agressões no CRM e vamos fazer um relatório com tudo que apuramos e enviar ao Ministério Público Federal e Estadual para que as medidas cabíveis sejam tomadas, já que não temos esse poder de judicializar ações. Nosso papel é colher informações e transformar em peças para que o judiciário abra processos judiciais. A interdição ética é a última medida que tomamos, mas se for constatado que na unidade não há condições de trabalho, vamos interditar”, revela Rosa Amélia Dantas, presidente do CRM.

• Entenda

Constantemente médicos e enfermeiros do José Franco são ameaçados por familiares e acompanhantes de pacientes. Recentemente houve o caso de segurança que foi baleado por um paciente que teve um atestado negado pela médica. De acordo com a médica Izabel Cristina Brasão, que trabalha há dois meses na unidade e já presenciou várias cenas de violência e agressão. As mais sérias contabilizam seis ocorrências. “Nós trabalhamos com medo. Teve esse caso da médica que se recusou a dá o atestado médico ao paciente, com razão porque ele não necessitava, ele foi em casa se armou e voltou para matá-la, só que atingiu o segurança. A médica é de São Paulo e pediu demissão. Na quinta-feira agora, houve um óbito aqui e a família invadiu querendo agredir a médica. Outro dia o acompanhante de um paciente estava armado, já trouxeram um cachorro da raça Pit Bull para cá para intimidar os profissionais, ou seja, essas são algumas das ocorrências, mas somos agredidos diariamente”, conta.

A médica revela ainda que desde que houve o atentado que feriu o segurança, cinco médicos já pediram demissão. “Hoje praticamente 3 médicos que levam o hospital porque ninguém quer ficar aqui desse jeito. Quando acontece essas coisas são os pró-

prios funcionários que tentam intervir, chamamos a polícia, que vem, mas não pode ficar aqui e nós não temos segurança, apenas duas pessoas que trabalham desarmados”, relata Dra. Izabel. De acordo com corregedor do CRM, Hyder Aragão, a segurança que é feita no hospital é patrimonial. “A segurança não é pessoal, porque isso eles não trabalham armados e quando eles intervêm eles estão fazendo um favor porque não é obrigação deles”, ressalta.

• FHS

A Fundação Hospitalar de Saúde informou através de nota que a Secretaria de Estado da Saúde (SES) recebeu na semana passada uma demanda do Conselho Municipal de Saúde de Socorro solicitando segurança no local. A demanda foi encaminhada à Secretaria de Segurança Pública (SSP), já que, apesar dos vigilantes que trabalham na unidade, eles pedem um posto policial.

Em relação à segurança no hospital de Nossa Senhora do Socorro o diretor operacional, Wagner Andrade esclarece que a Fundação Hospitalar de Saúde tem contrato com empresa de segurança, tendo diuturnamente, dois seguranças naquela unidade e que foi firmado um acordo com SSP que proporcionou rondas periódicas e patrulhamento naquela unidade hospitalar e que surtiram efeito em função de não ter sido registrado nenhum incidente. No entanto, aguarda o ato de interdição para análise e providências necessárias efetivar a desinterdição.

A nota divulgada pela FHS, diz ainda que para a Diretoria Executiva da Fundação Hospitalar de Saúde, isto configura um ato de abuso por parte do Coren com relação à política de saúde do estado, mesmo porque o Coren está em processo eleitoral, razão pela qual esta medida visa resgatar parte da legitimidade perante a categoria. Se tal medida o Coren quiser adotar nos demais hospitais públicos e privados, como ficará o atendimento à população sergipana nos hospitais?

Sobre o atendimento, a informação da nota revela que serão atendidos apenas casos de urgência e emergência no pronto socorro, enquanto durar a interdição, que é a atribuição da unidade. Casos ambulatoriais devem ser absorvidos pela atenção básica, através dos postos e clínicas de saúde, como deve ser a rotina. Os demais serviços do hospital, como a maternidade e a realização de cirurgias eletivas funcionam normalmente.